

INSERÇÃO PRODUTIVA DE PEQUENOS GRUPOS DE PISCICULTORES NA AQUICULTURA DE RESERVATÓRIOS. QUAL EFETIVIDADE?

Silvia Maria A. Lima Costa¹
Adauto B. Rocha Junior²
Omar Jorge Sabbag Docente³
Suelen M. Oliveira⁴
Marcos V. Correa⁵

Resumo: Este trabalho se propõe a discutir, com base nos elementos de capital social e instituições, que a meta de inclusão de expansão de projetos de piscicultura familiar que vigorou entre os anos 2003 a 2014, cujo propósito de intenções expressamente divulgado pelo pelo Governo Federal como “efetuar reforma agrária nas águas continentais dos grandes reservatórios” cujos beneficiários seriam grupos de pescadores artesanais e agricultores familiares, não logrou sucesso, sobretudo no Estado de São Paulo. A baixa efetividade dos esforços envidados pelo Governo Federal e a complexidade que permeia a interação órgãos ambientais que respondem pela emissão das licenças necessárias para legitimar a ocupação dos espaços em água para fins produtivos estão na base dos condicionantes expostos. O trabalho relata os casos de associações de cooperativas de pequenos piscicultores que pleitearam concessões de áreas em água para ocupação produtiva, apontando que se destacam como dificuldades o entendimento do arcabouço legal, procedimentos e caminhos necessários para obtenção das outorgas e, mesmo entre aqueles produtores já inseridos no processo produtivo, no Estado de São Paulo, uma nova resolução para obtenção ou renovação das licenças ambientais impõe novos procedimentos e custos adicionais, pelo órgão ambiental do Estado, podendo determinar o insucesso dos empreendimentos ora em operação.

Palavras-Chave: Produção Familiar, Piscicultura, Aquicultura.

¹ Professor Dr, UNESP.

² Graduado Agronomia, mestrando Univ. Federal Viçosa, Univ. Federal Viçosa.

³ Professor Dr, UNESP.

⁴ Professor Dr, Instituto Federal do Mato Grosso do Sul Campus Três Lagoas.

⁵ Discente Agronomia, UNESP.